Ata nº. 05/2013

Aos seis dias do mês de março de dois mil e treze, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia 3 Ordinária na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de 4 Porto Alegre, sito Travessa Francisco Leonardo Truda, nº 40, 14º andar – Centro de Porto Alegre, 5 sob coordenação do Presidente André Luiz da Silva Seixas, e na presença dos **CONSELHEIROS** 6 DA SOCIEDADE CIVIL/ATENDIMENTO DIRETO: André Luiz da Silva Seixas – Associação 7 dos Moradores da Vila Mato Grosso; Adroaldo Venturini Barboza – Associação de Moradores 8 Jardim Ipiranga; Fabrízia S. Demo - Casa do Menino Jesus de Praga; Nelcinda Aguirre -9 Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC; Joel Lovato - Instituto 10 Leonardo Murialdo – ILEM: e Dalva Franco – Instituto Pobres Servos da Divina Providência – 11 IPSDP. CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL/ATENDIMENTO INDIRETO: Eliete 12 Cristina Dornelles Barreira – Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul – ACM; Alcema 13 Oliveira Moreira - Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul - ACEBERGS; 14 Rosana Fernandes Nunes - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE; Lea Boss 15 16 Duarte - Federação Espírita do Rio Grande do Sul - FERGS; Marcos Jaboski - Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio; Jorge Roberto do Santos - Rede de Integração e Cidadania -17 RINACI; e Mara Verlaine Oliveira do Canto - União das Associações de Moradores de Porto 18 Alegre - UAMPA. CONSELHEIROS DO GOVERNO: Carlos Fernando Simões Filho e 19 Fernanda Costa Pinto - Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local -20 SMGL; Márcia Regina Germany Dornelles – Secretaria Municipal da Educação – SMED; 21 22 Marcelo Soares - Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC; Rogério Portanova Leal - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF; Deise Lentz - Secretaria Municipal da Saúde -23 SMS; e Wilson Abascal Pastorini e Márcia Cristina Bernardes Silveira – Secretaria Municipal dos 24 Direitos Humanos - SMDH. DEMAIS PRESENTES: Carlos Alberto Luz - Gerente 25 CMDCA/FUNCRIANÇA; e Cláudia Lopes - Assessoria Técnica do CMDCA. PAUTA: 1 -26 Leitura da Planilha da Plenária Anterior e Solicitação de Complementação de Ata; 2 -27 28 Debates e Deliberações: Comissões, Finanças, Políticas e Reordenamento; 3 – Informes. Após assinatura da lista de presenças o Sr. Presidente André Luiz da Silva Seixas deu início aos trabalhos 29 (Quorum às 14h22min). ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da 30 Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Pessoal, não temos muitos pontos de pauta, o que 31 temos são mais os relatórios das comissões. Pela secretaria de Direitos humanos mudou a 32 representação, o Secretário informou que o Pastorini é o Conselheiro Titular e a Márcia ficou de 33 suplente. Tenho também uma notícia ruim, alguns já sabem, a colega Sandra, da SMED, encontra-se 34 em coma, pelo o que temos de notícia o quadro é irreversível. Ela já vinha se sentindo ruim, no dia 35 do seminário avisou a SMED que estava ruim e não iria. Era cálculo renal, mas já estava agravado o 36 quadro, tentara operar, mas a infecção generalizou, induziram ao coma, mas pelo o que a Márcia 37 38 Dornelles me disse ontem, tentaram tirar do coma no final de semana, mas ela não saiu. O estado dela é extremamente grave, ela está no Hospital Divina Providência. É ruim, é lamentável, quando 39 ela não apareceu no seminário eu ainda falei. É uma notícia ruim, mas temos que avisar. Vamos fazer 40 a leitura da síntese da ata. 1 - Leitura da planilha da plenária anterior e solicitação de 41 complementação de ata. CLÁUDIA LOPES - Assessoria Técnica do CMDCA: (Leitura da 42 Síntese da Ata nº 04, de 06/02/2013). ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos 43 Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Alguma correção, observação? 44 CONSELHEIRA FABRÍZIA S. DEMO - Casa do Menino Jesus de Praga: Só quero que 45 conste em ata que foi encontrada a justificativa de ausência da Casa Menino Jesus. 46 CONSELHEIRO JOEL LOVATO - Instituto Leonardo Murialdo - ILEM: A SMIC no dia 47

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72 73

74 75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

também estava com três faltas, foi citado e não está. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS -Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Se fechasse a terceira falta teríamos que informar eles. A FASC informou que trocaram os conselheiros. O Conselheiro Júlio foi para o Conselho Tutelar e no seminário se apresentaram o Marcelo e a Cris. CONSELHEIRA DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina Providência -**IPSDP:** A SMIC entra nessa situação das ausências, como ela veio no seminário entra para seis faltas intercaladas. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Sim, nós já vamos informar, porque como a cadeira do Conselho não troca, trocam os conselheiros, eles têm que informar. Já vamos mandar a informação para a Secretaria. CONSELHEIRA DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP: A justificativa não vale mais? ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Não. Daquela data para trás é uma coisa, daquela data para frente é outra. É a partir da última reunião para cá. Então, aquela documentação da Menino Jesus foi localizada. Na realidade, eles entregaram tudo certinho, mas como entregaram uma outra documentação ficou junto. 3 - Informes. Outra informação, o Canta Brasil, a comissão deu 30 dias para eles juntarem a documentação, nós até estivemos lá para conhecer o projeto, fui junto com o Presidente Kevin, eles estão anexando a documentação, mas ainda vão aguardar, porque vão fazer as reformas necessárias no prédio. Já tinha o atendimento lá, que é o programa do Estado, vão trocar todo o telhado, vão seguir as orientações que foram dadas lá para que melhore consideravelmente lá. Eles têm verba via Canoas, via matriz para construir, tem doadores também para construir o prédio em 2 anos, totalmente novo e adequado. Então, estão entregando a documentação, mas vou solicitar que primeiro reformem todo telhado e fiação elétrica, para ter a visita. Só para repassar essas informações. Nós temos aqui, chegou, o II Colóquio Latino-Americano em Políticas de Segurança e Direitos Humanos, no Rio de Janeiro: "evocando a primeira infância, infância e adolescência, que será realizado nos dias 21 e 22 de março de 2013, na PUC". Tem aqui os horários, o encontro é gratuito, a inscrição será feita através de formulário virtual, data limite 08 de março. Depois a gente verifica se cabe enviar uma representação ou não. Vamos passar para as comissões. Comissão de Finanças. CONSELHEIRA FABRÍZIA S. **DEMO – Casa do Menino Jesus de Praga:** O Reordenamento só organizou algumas pastas e fez um roteiro de visitas. CONSELHEIRA ALCEMA OLIVEIRA MOREIRA - Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul – ACEBERGS: Estava na Comissão de Finanças a Otília, o Adroaldo, a Nelcinda, a Shirlei, eu e o Pastorini. LAR SANTO ANTÔNIO DOS EXCEPCIONAIS, é só um pedido de liberação, a comissão foi favorável ao pedido de liberação do recurso. Valor de R\$ 88.427,81, incluindo os valores depositados a mais de 180 dias. (LEITURA): "A entidade teve problema para retirar esse valor no primeiro trimestre, tendo em vista a redução nas receitas mensais oriundas e outras ações, visto que nesse período do ano há uma diminuição significativa. Então, o valor deverá ser contabilizado no projeto 2010/2013 - CMDCA". CONSELHEIRA NELCINDA AGUIRRE - Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC: A documentação está toda em dia, está tudo ok, estão pedindo a liberação desse valor. A Comissão de Finanças é favorável. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Eu queria entender sobre o prazo. Por que o pedido de liberação? CONSELHEIRA NELCINDA AGUIRRE - Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC: O que nós entendíamos? Esse dinheiro já foi captado e o pessoal do Lar Santo Antônio faz o pedido do primeiro trimestre, porque nesse período eles têm menos recursos. Eles gastam muito, porque lá são crianças vegetativas. Passou o prazo de 180 dias, mas nós aqui no conselho acreditávamos que o recurso é da instituição, a entidade captou, precisa, a gente sempre liberou depois dos 180 dias, não é, Simões? CONSELHEIRO CARLOS FERNANDO SIMÕES FILHO – Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local - SMGL: Sim, é verdade. CONSELHEIRA NELCINDA AGUIRRE -

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140141

142

143

144

145

Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC: Por esse motivo a gente aceitou. Eles deixaram de pedir a liberação porque é neste primeiro trimestre que eles precisam mais do dinheiro, quando a captação deles é menor. WILSON ABASCAL PASTORINI - Secretaria Municipal de Direitos Humanos - SMDH: Já foi aprovado o projeto, já passou pela Comissão de Finanças, o que pedem é o seguinte: a Resolução nº 50 estabelece 180 dias para a instituição pedir o recurso, extrapolou o prazo. Normalmente o Conselho é sensível a isso, porque há uma vontade também do doador que o recurso seja para a instituição. A instituição pede um único repasse por ano, no primeiro semestre, aguarda o recurso arrecadado e depois pede. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Nós temos que ver se vamos tomar isso como parâmetro para outras entidades toda vez que acontecer isso ou não. Segundo, temos que tentar adequar o mais legal possível. Vamos orientar que a entidade cumpra o prazo da próxima vez, senão vamos estar sempre deixando que eles descumpram o prazo, enquanto a grande maioria tenta correr no seu limite, independente da sua arrecadação. Nós temos que ver o que vamos usar como parâmetro para o futuro. WILSON ABASCAL PASTORINI - Secretaria Municipal de Direitos Humanos - SMDH: Seria um reexame da Resolução nº 50. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Tinha um GT, mudou uma parcela das pessoas, vamos ter que pegar uma síntese para usar. Sempre vai ter algum tipo de prazo, nós temos que orientar as entidades. Nós temos que usar um critério único para todas as entidades. CONSELHEIRA NELCINDA AGUIRRE - Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC: Depois dos 180 dias a entidade recebia 50%, o restante ficava aqui, mas na gestão passada entendíamos a necessidade das entidades. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Não, a gente entende, mas isso foi da gestão passada e eu só quero saber se nós vamos manter esse critério agora, daí toda vez que entrar um caso semelhante já vamos ter a nossa resposta. A gente tem que dizer alguma coisa, porque algumas entidades têm a preocupação de cumprir todos os prazos, mas uma ou outra não. Então, quero ser justo com o conjunto. Temos que definir a regra daqui para frente. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo do CMDCA/FUNCRIANÇA: Vou aproveitar que o Rogério chegou. Esses tempos estávamos analisando, como estou na área administrativa do CMDCA, faço parte da Junta também. No termo a regra seria 180 dias, o Leal me chamou atenção quanto a isso, 180 dias da captação. Aqui, na realidade, tem um valor que não está com 180 dias, tem valor que já está há um ano. Isso às vezes se transforma em 1 ano e 180 dias. Por bom senso é levado assim, mas analisando friamente tem prazos que passam, ficam 2 anos e 180 dias. Fora isso, poxa, a entidade apresenta um projeto, são 2 anos para captar, tem mais 6 meses e até lá não utilizou! Aí passam mais 6 meses, são 3 anos. Eu acho que deve ter um critério. CONSELHEIRO ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Boa tarde a todos. Desculpa pelo atraso. Na realidade, o que tem acontecido é assim, há muito tempo temos questionado essa questão, a Equipe de Programação Financeira estava utilizando um critério, são 180 dias da data do pagamento da DAD. Eu entendo assim, pelas demandas e prerrogativas que o Conselho tem, a gente tem discutido e ficou mais ou menos consensuado de que aquela captação efetuada dentro do período de carta de captação a entidade pode utilizar, ou seja, vai fazer a solicitação e nós vamos liberar. Por quê? Porque existe um problema de governo, de conselho, que a gente não comunica a entidade, a entidade não tem acesso ás captações que faz. Não adianta querer estabelecer regras, porque para fazer a cobrança tem que ter a contrapartida, tem que ter um documento que a entidade recebeu, a partir do momento que ela teve conhecimento da doação, aí sim pode dar prazo. Então, temos liberado todo o recurso de captação nós período, a entidade pede e está sendo liberado. Agora, o que for captado fora do período da carta de captação, estamos liberando também, mas tem a retenção de 50% do valor captado depois da carta de captação. Por que isso vale? Porque ela tem conhecimento no certificado quando que termina a carta de captação. CARLOS ALBERTO LUZ -

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159 160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

Gerente Administrativo do CMDCA/FUNCRIANÇA: Aqui passou 180 dias, depois do término. CONSELHEIRO ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda -SMF: Nós podemos aprovar que a entidade possa utilizar, é uma resolução do Conselho. Ela não tem conhecimento do que está entrando. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Não, Rogério, não é isso. O normal o que vinha sedo feito era conceder para usar, mas nós temos que definir daqui para frente uma regra, se vamos continuar autorizado as entidades que passaram 180 dias a usarem? Segundo, toda vez que a entidade passar vai poder usar, ou comunica que da próxima vez não vai ser autorizado? Temos que definir, porque a grande maioria usa no prazo, algumas não. CONSELHEIRA ALCEMA OLIVEIRA MOREIRA - Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul -ACEBERGS: A carta de captação venceu em 30 de junho de 2012. CONSELHEIRO JORGE ROBERTO DO SANTOS - Rede de Integração e Cidadania - RINACI: Considerando o que o Rogério colocou, são 210 dias, mas foi captado dentro do período de 2 anos. Eu vejo assim, nós estipularmos uma regra fica complicado, a minha sugestão é que a gente libere, quando tivermos casos assim que se analise e que altere a resolução, temos um grupo de trabalho. Cada caso é um caso, esse é o meu entendimento e é a minha sugestão. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS -Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: O caso aqui, e não interessa o nome da instituição, a instituição não usou a verba no prazo legal, todos os casos que entrarem assim vão ser iguais. Correto? Todo mundo que perdeu o prazo, perdeu o prazo, vão ter o mesmo problema, não pode ser dependendo de quem for. Tem que ser igual para todo mundo. CONSELHEIRO MARCOS JABOSKI - Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio: Todo mundo entra na mesma situação, a diferença é a justificativa. A impressão que dá é que eles estão se organizando para que daqui a 2 anos, que vai ter a mesma situação. Isso nós temos que sinalizar para a instituição que não pode, a resolução não permite. Eu entendo o que o André está dizendo, nós não podemos permitir, porque ai se tornar comum a entidade fazer isso. CONSELHEIRA DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina Providência -IPSDP: Eu acho que temos dois posicionamentos a tomarmos para não ficar no caso a caso, que saia uma resolução normativa de que vencendo o prazo de captação, vai sair do sistema, que tenha um documento com a assinatura da entidade de que está ciente que terminou a carta de captação e que há tanto a conta disponível para ela. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: E quem vai dar esse documento? CONSELHEIRA DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina Providência -IPSDP: O setor administrativo. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Mas a Junta tem como saber, é como o Rogério acabou de dizer, a entidade tem que ter um documento que captou. CONSELHEIRA DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina Providência - IPSDP: Exatamente, o administrativo pode estar fazendo junto com a Junta. A minha proposta é que não fique para os conselheiros irem aras, mas sim uma resolução normativa deliberando que o administrativo e a Junta Administrativa faça dentro do seu rol de atividades a comunicação que dia 30 de abril venceu tal projeto, tem disponível para a instituição tantos mil reais. A instituição está ciente, se passarem 6 meses vai ter assinado pelo dirigente que está ciente do valor disponível. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Só quero dizer que neste caso a entidade sabia que tinha o dinheiro. Ela cita que sabia. CONSELHEIRA ALCEMA OLIVEIRA MOREIRA - Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul – ACEBERGS: Tem mais uma situação, além da carta de captação ela continuou captando. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo do CMDCA/FUNCRIANÇA: Eu tenho mais ou menos três entidades, que já estou agendando um encontro com o pessoal da FASC para tratarmos em cima da questão do SIAS, porque hoje o sistema permite assim, se a entender x tiver uma carta de captação de R\$ 100 mil, o sistema permite que sejam captados R\$ 200 mil. Está

196

197

198

199

200

201

202203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241242

243

dizendo o valor do projeto, é público, tem quanto foi captado e de quanto, diz ali: "R\$ 100 mil de R\$ 500 mil". Então, hoje qualquer entidade sabe, é público, qualquer pessoa da sociedade tem acesso. Tenho umas três entidades que captaram a mais, já conversei e sugeri que elas encaminhassem um ofício para cá, porque o sistema ainda não barra, mas o sistema mesmo poderia barrar, alcançou os R\$ 200 mil para, porque está aprovado que é para captar R\$ 200 mil e não R\$ 500 mil. O que nós podemos fazer se ficar deliberado? Eu posso entrar, olhar todas que já alcançaram, entrar no SIAS e quando colocarmos o fechamento que saia da internet. Isso a gente pode fazer. Agora, quando falam que a gente tem que comunicar a entidade, as entidades conversando com a gente e mandamos a relação. Esses dias mandei para a Nelcinda, tenho mandado para as entidades quando pedem, mas dizer que as entidades não sabem quanto captou é equivocado, porque basta olhar no site, só não vê quem depositou. CONSELHEIRO CARLOS FERNANDO SIMÕES FILHO - Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local -SMGL: Eu acho que nós podemos fazer uma atualização, enquanto Conselho, com alguns dados e encaminharmos para o Fórum de Entidades, colocar naquela porta de entrada. Nós fizemos isso alguns anos atrás, tinha o nome da entidade, quanto deseja captar, quanto captou, quanto solicitou e quanto gastou. Nós tivemos um fato há alguns anos, buscamos dinheiro no Governo do Estado, disseram que 200 entidades queriam recurso, 57 pediram o recurso, às vezes é isso, às vezes a entidade diz que precisa, o dinheiro está disponível, mas parece que não era. Então, podemos fixar esse relatório no Fórum de Entidades, onde passam todas as entidades de Porto Alegre. Às vezes as entidades não têm o costume de acessar a internet. WILSON ABASCAL PASTORINI -Secretaria Municipal de Direitos Humanos - SMDH: Duas questões. Carlos, fechou o valor, administrativamente, a gente tira do ar. Quanto aos 6 meses, venceu em junho, de repente podemos ver, venceu em dezembro. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Na realidade, são 8 meses e não 6 meses desde que venceu. CONSELHEIRA ALCEMA OLIVEIRA MOREIRA - Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul - ACEBERGS: Mas depois da carta de captação foram arrecadados mais uns R\$ 30 mil. WILSON ABASCAL PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos Humanos - SMDH: Deveria ter saído do ar. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS -Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Se fechou em 30 de junho, em 1º de julho já não pode mais captar. CONSELHEIRO ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: A resolução prevê que ele pode, mas tem uma retenção de 50%. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Mas foi em junho, para usar o dinheiro seria até dezembro. CONSELHEIRO JORGE ROBERTO DO SANTOS - Rede de Integração e Cidadania – RINACI: Temos duas situações, após o prazo e o que arrecadou depois do prazo. Eu estou olhando no site e tem entidades que arrecadaram a mais. Então, esse valor que foi arrecadado depois do prazo que seja retido 50%. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Retém. O que eu quero dizer é como que vamos favorecer quem trabalha certinho, quem cumpre prazo, quem faz e cumpre seu cronograma? Senão a gente vai favorecer a entidade que não cumpre a regra. CONSELHEIRO MARCOS JABOSKI - Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio: Eu concordo, temos que caminhar nessa linha. A Dalva fez uma proposta para termos um embasamento e dizermos para a entidade que foi avisada e está assinado, não a divulgação. Eu sei quando vence o meu projeto, não precisa divulgar isso. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Quem sabe a gente já acerta aqui. CONSELHEIRO ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Quem sabe uma resolução para fins de operacionalizar até que se faça a nova resolução. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Então, uma resolução normatizando que no término do prazo da captação a Gerência tem que informar a

entidade... CONSELHEIRA DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina 244 Providência - IPSDP: Por AR. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo do 245 CMDCA/FUNCRIANCA: A informa direto a entidade, nós temos um carro. ANDRÉ LUIZ DA 246 SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: 247 Não importa, tem que ter um documento de que informamos, como vai ser, protocolo, assinatura, 248 AR, pombo correio, desde que o pombo assine, mas tem que provar que comunicou. Os 249 companheiros que concordam levantem a mão. Estamos votando só a normativa. Quem discorda? 250 Retenção? APROVADO por unanimidade. Então, a normativa nós vamos colocar no papel. Dalva, 251 tu podes ficar no final com o Carlos para ajudar? CONSELHEIRA DALVA FRANCO – Instituto 252 Pobres Servos da Divina Providência - IPSDP: Podemos fazer e já constar em ata. ANDRÉ 253 LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do 254 CMDCA: Ok. Então, é informar que acabou o prazo e quanto foi arrecadado, ela tem até o dia tal 255 para gastar, acabou o prazo e quanto foi. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo 256 do CMDCA/FUNCRIANÇA: Não foi colocado aqui para tirar do site. CONSELHEIRO 257 ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Para tirar do site 258 é o seguinte: tu podes tirar do site se ela já captou o valor integral. ANDRÉ LUIZ DA SILVA 259 SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Se a 260 carta venceu também. CONSELHEIRA DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina 261 **Providência – IPSDP:** Só para e entender, Presidente. Se tenho uma carta de captação que venceu 262 hoje, eu entendo que tenha que sair do site hoje a meia-noite, porque amanhã se alguém destinar já 263 está fora do prazo de captação. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores 264 da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: E o regramento que fica 50%? CONSELHEIRA 265 266 DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina Providência - IPSDP: Vencendo o prazo não deveria estar a mostra o site. Eu entendo que a resolução diga isso. CONSELHEIRO 267 ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Esta resolução 268 não está clara, porque já gerou muita dúvida. Então, para que prejudicar a entidade? Tem que deixar 269 a coisa clara, tem que estar claro lá. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos 270 Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Vamos ter que deixar isso para a 271 reformulação da resolução. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo do 272 CMDCA/FUNCRIANÇA: Eu tenho um exemplo prático, nós temos a Kinder, já captou R\$ 504 273 mil e a carta era de R\$ 490 mil, ela ainda teria prazo para captar... ANDRÉ LUIZ DA SILVA 274 SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Mas já 275 sabe que vai perder 50%, porque ela captou a mais. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente 276 Administrativo do CMDCA/FUNCRIANÇA: Então, não preciso informar nada? ANDRÉ LUIZ 277 DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do 278 CMDCA: Não, ela está no prazo ainda, é só quando encerra o prazo. CONSELHEIRO JORGE 279 ROBERTO DO SANTOS - Rede de Integração e Cidadania - RINACI: Tudo isso está na 280 resolução. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato 281 Grosso e Presidente do CMDCA: Isso, mas só queremos informar. Vamos voltar para a entidade, 282 qual a proposta, é autorizar usar o que não usou no período de 180 dias e aquilo que arrecadou a 283 mais tira 50% ou tudo que for depois 50%? Tem alguma outra proposta? CONSELHEIRO 284 ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: De liberar o 285 recurso, o que for dentro do prazo é normal, o que for após é 50%. ANDRÉ LUIZ DA SILVA 286 SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Nós 287 temos dois problemas, ela não conseguiu usar dentro dos 180 dias e também arrecadou recursos 288 além, onde tem a resolução que diz que é 50%, isso é certo. CONSELHEIRO ROGÉRIO 289 PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: A liberação até hoje está 290 funcionando assim, estou dentro do prazo, mesmo que tenha utilizado depois do vencimento da 291

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306 307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331 332

333

334

335

336

337

338 339

340

carta... É que não chegou um caso que tenha vencido em 6 meses, porque normalmente elas pedem dentro de 6 meses. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Este aqui passou 6 meses. CONSELHEIRO ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Não existe regramento, não está dito, podemos estabelecer, mas nós temos liberado 100%. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Temos que ver se vamos continuar assim ou não. Vamos votar este, mas precisamos tirar aqui como vai ficar. E outra coisa, esta entidade vai sempre passar do prazo? E o que ganha a entidade por ser certinha? Nós só precisamos votar, o que decidirmos para esta entidade vai ser para frente. CONSELHEIRA NELCINDA AGUIRRE - Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC: Eu estou ficando maluca aqui. Nós vamos discutir regras antes de votar? Nós vamos criar regras? Cada um diz uma coisa. O que o André está perguntando? Como vai ficar esta em detrimento das outras que fazem dentro do prazo? Isso é uma regra, nós vamos aceitar ou não, as regras vamos criar depois. CONSELHEIRO JORGE ROBERTO DO SANTOS - Rede de Integração e Cidadania - RINACI: Então, vamos votar esta entidade, liberar, depois vamos votar que tenha uma normativa, a regra. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Desculpa a pergunta, mas virou regra a gente deixar passar dos prazos? É isso, pessoal! ADROALDO VENTURINI BARBOZA – Associação de Moradores Jardim Ipiranga e Vice-Presidente do CMDCA: Eu tenho uma proposta, vamos retirar este processo para a gente ter condições de avaliar por mais uma semana... <falas concomitantes>. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Pessoal, desculpa, mas nós temos que ter uma regra, não podemos decidir vendo a cara da entidade! Vai ser para todo mundo ou não? Não pode ser. Então, temos que deixar alguma coisa, desta vez passa, da próxima vez não, aí vai ter na Gerência que essa entidade já extrapolou. CONSELHEIRO ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Eu acho assim, vamos liberar, estamos qualificando o atendimento, estamos qualificando os nossos procedimentos, com a resolução nova nós vamos poder definir os critérios. Realmente, a partir daí a gente estabelecer e informar as entidades, porque nós temos que qualificar a comunicação, nós temos esse problema. Então, se a gente conseguir qualificar a informação, porque eu sei que tem ali no site quanto captou, mas aquilo não diz muita coisa, não diz quem doou, quem não doou, se aquele recurso ela já pediu ou não. Então, proponho que este a libere, os outros a gente libera nos mesmos moldes até a gente ter a resolução fechada. O regramento é este, nós vamos liberar assim, nós já estamos liberando assim, já teve outros casos. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Então, todo mundo que passou dos 6 meses vai liberar? CONSELHEIRO ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda -SMF: Dentro dos 50% de resolução. Vamos dar um prazo de 2 meses até finalizar o trabalho do GT. CONSELHEIRA DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina Providência -IPSDP: Só por uma questão de respeito, os colegas trabalharam a manhã inteira e tem um parecer. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: O parecer é parcial, Dalva, porque é avaliado só um dos problemas, não avaliaram o outro. Então, o parecer da comissão é que aquilo que vou arrecadado, que não foi usado até os 6 meses, que libere para eles. Isso tem que ser votado. Agora, temos outro valor que diz que é 50%. CONSELHEIRA DALVA FRANCO – Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP: Mas é exatamente isso, vamos deliberar em cima do parecer da comissão e em cima do que diz a resolução, como disse o colega Rogério, sobre o que está posto na lei. A exceção ou o que vai acontecer nós vamos trabalhar no GT. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Mas o GT é para depois. Até termos a resolução todas as entidades vão entrar na mesma definição. Temos que definir como vai ser feito,

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354 355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373 374

375

376

377378

379

380

381

382

383 384

385

386

387

388

Rogério. Desculpa, mas não é que tem que ser votado, não é automático isso. Então, se surgir até a nova resolução o problema depois dos 6 meses nós vamos usar como critério liberar, é isso? Está aprovado isso? Quem concorda fique como está. Quem não concorda levante a mão. APROVADO por unanimidade. Então, fica estabelecido que até valor que ela não pode usar nos 6 meses que fique integral para ela, o valor que arrecadou acima da carta é 50%. CONSELHEIRO ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: E se ela resolver transferir esse valor captado a mais para outro projeto também tem retenção de 50%. André, só para explicar porque as outras gestões sempre obedeceram critérios e datas, inclusive, no edital tiveram entidades que tentaram entrar depois da data, foram barradas. A ABENÇA entrou com 04 pedidos de reconsideração e não foi aceita, foi por prazo. Teve uma entidade que não recorreu aqui, foi para o Ministério Público reclamar, o Ministério Público entendeu que fomos omissos na comunicação. Então, para cobramos temos que ter as coisas bem claras, tem que estar bem informado, aí pode cobrar. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Então, aprovamos que o que passar do valor é 50%, retém, o valor que passou só do prazo vai todo para ele. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo do CMDCA/FUNCRIANCA: Tendo em vista que foi aprovada a questão dos 180 dias, quando chegar o processo na Junta não vamos mais mandar para o Conselho, já vamos efetuar o repasse, isso vai facilitar. CONSELHEIRO JOEL LOVATO - Instituto Leonardo Murialdo - ILEM: Mas mesmo que tenha algum encaminhamento direto, que sejamos informados. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Si, isso tem que ter. mais alguma coisa, Alcema? CONSELHEIRA ALCEMA OLIVEIRA MOREIRA - Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul - ACEBERGS: Tem a AELCA, prorrogação de 30 dias para a utilização da verba recebida de R\$ 3.465,00, Projeto AELCA em Ação. A comissão é favorável à prorrogação do prazo. CONSELHEIRO ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Está correto, o decreto pede que seja formalizado. Já tem a resolução, é só liberar. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS -Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Veio para comunicar. O próximo. CONSELHEIRA ALCEMA OLIVEIRA MOREIRA - Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul – ACEBERGS: INSTITUTO POBRES SERVOS DA DIVINA PROVIDÊNCIA, também pedido de prorrogação de prazo. CONSELHEIRA NELCINDA AGUIRRE - Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC: Foi devido ao carro não ter chegado ainda. CONSELHEIRA ALCEMA OLIVEIRA MOREIRA -Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul - ACEBERGS: O prazo de faturamento do veículo varia em 45 dias, conforme documento em anexo. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Ele também se encaixa na regra geral. CONSELHEIRA ALCEMA OLIVEIRA MOREIRA -Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul - ACEBERGS: LAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MENINO JESUS, este a gente está encaminhando para a Gerência Administrativa para providências. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Só explica o que é. CONSELHEIRA NELCINDA AGUIRRE - Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC: O doador fez uma correspondência dizendo que houve um engano da parte dele ao digitar o CNPJ, mas está doando para a Santa Casa. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS -Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Como foi a doação da Vonpar, foi para o Fundo do Idoso e era para cá. O Fundo do Idoso abriu mão, mas se a entidade não abrir mão... Quer dizer, entrou para ser de alguém, agora os dois estão disputando, depois que doou. WILSON ABASCAL PASTORINI - Secretaria Municipal de Direitos Humanos -**SMDH:** Tem um depósito bancário na conta do Fundo, não tem identificação. O que o doador faz?

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402 403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414 415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431 432

433

434

435

436

Uma cartinha dizendo quem é o beneficiário. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Entrou o dinheiro, foi digitado, para tirar da entidade, só se ela quiser, porque ninguém botou o revolver para digitar o nome de alguém. CONSELHEIRO JORGE ROBERTO DO SANTOS - Rede de Integração e Cidadania – RINACI: A Santa Casa tem projeto no Conselho? CONSELHEIRO ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Tinha. CONSELHEIRO JORGE ROBERTO DO SANTOS - Rede de Integração e Cidadania - RINACI: Tem que ver a situação da Santa Casa. O Lar CANJE está com o seu valor de captação acima. Tem que ver. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo do CMDCA/FUNCRIANCA: Eu conversei com as duas entidades. A manifestação do Lar CANJE é que de uma hora para a outra apareceram os R\$ 70 mil, ficaram admirados, porque o valor era superior, inclusive, ao projeto. Eu disse que havia um documento dizendo que o depósito era para a Santa Casa. Ela disse que a entidade era pequena, a Santa Casa era grande, aquela coisa toda. Aí eu disse para ela que tenho conversado com o pessoal da Santa Casa e que tinha espaço processo as duas dialogarem, dei o telefone do responsável e sugeri que fizesse um encontro. Ela agendou, não sei o que saiu desse encontro, mas para tentar fazer uma mediação. Só para vocês saberem que nós estamos acompanhando. CONSELHEIRA DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina Providência - IPSDP: Eu gostaria de um esclarecimento. Eu fico em dúvida se foi correto o procedimento do Carlos, tipo, eu ter o telefone e entrar em contato com ela. Eu acho que isso não é eticamente correto, gente. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Mas ela poderia procurar o telefone e ir falar. CONSELHEIRA DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina Providência -IPSDP: Tudo bem eu tomar a iniciativa de ir conversar com ela. Agora, nós enquanto Conselho procedermos assim é correto? ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Nós fizemos isso com o COMUI. CONSELHEIRA DALVA FRANCO – Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP: Mas era um dinheiro para o Conselho. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Todas as informações estão no site, no processo, em qualquer lugar. Por que deu um telefone? Desculpa, mas não vejo assim. O Pastorini me disse que o banco estorna depósito feito equivocadamente. Estorna? CONSELHEIRO ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Não, ele analisa. Existe por sistema ou por guia, se for por guia vai olhar, se o nome está errado e a conta certa ele analisa. Não é assim. Vamos acompanhar o parecer da comissão, vai para a Gerência Administrativa, se ele não conseguir conciliar retorna. WILSON ABASCAL PASTORINI - Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH: Volta para a Gerência Administrativa para procurar o parecer, porque tem um litígio, senão vai ficar muito desagradável, o doador não vai mais querer doar pelo Fundo. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Entenderam? Então, quem concorda levante a mão. Então, está indo para o Carlos Luz. WILSON ABASCAL PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos Humanos - SMDH: Não, para a Procuradoria-Geral do município. CONSELHEIRA MÁRCIA REGINA GERMANY DORNELLES - Secretaria Municipal da Educação -SMED: Mas a Procuradoria não está fazendo mais muitas coisas. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: A ideia é o Carlos chamar as entidades, junto com um membro do Conselho, se não sair um consenso a gente toma outro encaminhamento. Pode ser isso? Vamos reformular a votação? A Gerência chama as duas entidades com a Direção do Conselho para tentar um consenso, senão tiver vai para a PGM. Quem concorda com este encaminhamento? Quem discorda? Abstenções? APROVADO o encaminhamento. CONSELHEIRA ALCEMA OLIVEIRA MOREIRA - Associação das

437 Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul – ACEBERGS: O ABRIGO JOÃO PAULO II, prorrogação de prazo, solicita que o saldo que excedeu entre para o Projeto Um Lugar para ser 438 Feliz, valor de R\$ 2.302,00. É esse excedente e a comissão é de parecer favorável. ANDRÉ LUIZ 439 DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do 440 CMDCA: Já tem regra, é automático, não precisa votar. Próximo. CONSELHEIRA ALCEMA 441 OLIVEIRA MOREIRA - Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul -442 ACEBERGS: AELCA, também pede prorrogação de 30 dias para o recebimento da verba de R\$ 443 4.788,00, Projeto AELCA em Ação e Manutenção. Parecer favorável. ANDRÉ LUIZ DA SILVA 444 SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: 445 Automático. Próximo. CONSELHEIRA ALCEMA OLIVEIRA MOREIRA - Associação das 446 Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul – ACEBERGS: FEDERAÇÃO ESPÍRITA. 447 ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e 448 Presidente do CMDCA: Este tem problema que tenha que voltar para a Federação? 449 CONSELHEIRA ALCEMA OLIVEIRA MOREIRA - Associação das Creches Beneficentes 450 do Rio Grande do Sul – ACEBERGS: Tem. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação 451 dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Então, não precisa vir para cá. A 452 comissão comunica a entidade que vai ter que trazer mais documentos ou fazer alguma coisa. Não 453 precisamos votar isso. A Federação continua com problema, a entidade vai ser comunicada que vai 454 ter que fazer tal e tal procedimento, a comissão fica com o processo aguardando, não precisa passar 455 aqui. CONSELHEIRA ALCEMA OLIVEIRA MOREIRA - Associação das Creches 456 Beneficentes do Rio Grande do Sul - ACEBERGS: ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS -457 ACM, é a mesma situação, estamos chamando. ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA CRIANÇA, para a 458 Tripartite visitar, formar comissão em plenária e marcar a data. ANDRÉ LUIZ DA SILVA 459 SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: A 460 comissão na hora, aqui, já indica quem vai. CONSELHEIRA ALCEMA OLIVEIRA MOREIRA 461 - Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul - ACEBERGS: INSTITUTO 462 FILHOS DA MARIA IMACULADA, também tem que esclarecer o recurso de recursos humanos. 463 Nós temos muita dificuldade em avaliar, realmente, a Resolução nº 50 deixa muito a desejar, não tem 464 como a gente dar um parecer de manhã. Assim, é a Bangu os projetos, é projeto de tudo que é coisa, 465 é de veículo, material de construção, com recursos humanos, é uma miscelânea de projetos, o que 466 deveria ser separado. Nós temos que reformular logo essa resolução e colocar normas, senão vamos 467 ter problema todo o tempo. São projetos com começo, meio e fim, como vai ficar com aquele monte 468 de funcionários, quem vai pagar se não conseguir captar o recurso depois? CONSELHEIRA 469 MARA VERLAINE OLIVEIRA DO CANTO – União das Associações de Moradores de Porto 470 Alegre – UAMPA: Nós estávamos olhando na Comissão de Políticas, exatamente o projeto da 471 ACM, eu estive a oportunidade de estar lá com o Reordenamento, é um trabalho muito bonito, 472 473 maravilho, profissionais dedicados, um espaço muito legal, mas quando eu vejo o projeto não condiz com o que eu vejo. Ela solicita uma pista de atletismo, uma quadra poliesportiva coberta, até aí tudo 474 475 bem, quando entra no projeto solicita outras coisas que não consigo entender. Então, tem que chamar as entidades para que a gente possa entender, ou de repente trocaram o projeto, não 476 conseguiram montar o projeto. Não consigo entender o projeto. CONSELHEIRA ELIETE 477 CRISTINA DORNELLES BARREIRA - Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul -478 ACM: Provavelmente houve essa troca, porque tinha dois projetos, o projeto de edificação e o 479 projeto de manutenção. Quando anexaram a documentação provavelmente misturaram. Eu sugeri 480 que pedissem a presenca da Coordenação da ACM Morro Santana para esclarecer. WILSON 481 ABASCAL PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH: É exatamente 482 como ela falou, tem que separar. Por exemplo, eu olhei o projeto, tem a questão de um veículo de 483 R\$ 120 mil, não encontrei nenhuma justificativa para a aquisição de um veículo, porque pode ser 484 uma Azera, pode se uma Van. O veículo tem que ter alguma justificativa de utilização para o 485

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500 501

502

503

504

505

506

507

508

509

510 511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525 526

527

528

529 530

531

532

533

534

benefício da criança e do adolescente. Agora, se é para a administração pegar, não é o caso da ACM, mas se é o caso da administração pegar o carro para o diretor, ou vice andar para lá e para cá, não tem nada a ver com o fim que se destina. Tem que ser um projeto separado, apartado. <falas concomitantes>. CONSELHEIRO JOEL LOVATO - Instituto Leonardo Murialdo - ILEM: Eu acho que não cabe aqui criarmos na 050, reformulada, se o carro vai para um, vai para outro, o que pode ser feito é que apresentem mais de um projeto, porque se cortar a possibilidade... ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Não, não, eu entendi, projeto para isso, projeto para aquilo. CONSELHEIRA ALCEMA OLIVEIRA MOREIRA - Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul - ACEBERGS: Joel, mas desde que esse veículo atenda a criança. CONSELHEIRO JOEL LOVATO - Instituto Leonardo Murialdo - ILEM: Não, uma vez justificado, é para o uso, está ali, porque é o único caminho de se conseguir. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Comissão de Políticas tem? CONSELHEIRO JORGE ROBERTO DO SANTOS - Rede de Integração e Cidadania -RINACI: Nós analisamos projetos e encaminhamos para a Comissão de Finanças. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Pessoal, nós temos a EXECUTIVA, nós nomeamos 3 do governo e 3 da sociedade civil, mas acabamos não dizendo quem era titular. Eu só não consegui achar que a representação das comissões esteja na Executiva. O que estamos tentando criar é o fluxo, quem é quem ali. CONSELHEIRA DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina Providência -IPSDP: Eu entendo que nós indicados somos das comissões, eu represento a sociedade civil, Comissão de Reordenamento na Executiva. Na Comissão de Reordenamento falta escolhermos qual do governo vai estar junto representando. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Não é isso. Aqui diz que na Executiva são três titulares e três suplentes, o que não fizemos é definir quem é titular e quem é suplente. Não diz que deve ser da comissão A, B ou C. Por exemplo, naquele dia a Dalva não foi, o Jarbas veio, mas não era suplentes, não era da Executiva. Os três da sociedade civil ficaram a Dalva, a Mara e a Nelcinda, depois o Carlos Simões, a SMED, que depois abriu mão e ficou a Direitos Humanos, e a Fazenda, a Otília. CONSELHEIRO JOEL LOVATO - Instituto Leonardo Murialdo – ILEM: Tem que ter o suplente para esses três? ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Na próxima Executiva tem que ver quem, é titular e quem é suplente entre vocês, dos que já estão. Só isso que não fizemos. Era só isso. Nós temos a questão do Fórum Social Mundial, que desta vez é na Tunísia, no final de março. O Conselho mandou da última vez a Nelcinda, o Caporal e a Tati, que foi em Dacar, no Senegal. Agora temos a proposta de mandar mais uma delegação, como foi da outra vez é justo. O governo está vendo se vai mandar uma delegação, estão discutindo os problemas que tiveram no último Fórum Temático. Eu sei que o pessoal que lidou com o fórum diretamente aqui em Porto Alegre vai mandar uma representação. Então, queria ver se aprovamos o envio de uma delegação, mas ampliando e qualificando, queria ver se poderíamos mandar 05 pessoas, só temos problema de prazo. Nós vamos ter que criar uma força tarefa para este processo ficar debaixo do braço e caminhar, se possível nem desodorante use, só o processo, porque a viagem é para 21 ou 22 de março. Então, a gente queria ver dentro dos 05 tentar convidar um representante do Fórum de Entidades e um representante do Conselho Tutelar. Não sei se temos todos esses com passaporte, mas que a gente tente esse tipo de integração. Não sei quem tem passaporte, agora tem a questão de ter passaporte, não precisa visto. Vamos ver quem pode ir, quem está a fim de ir. Caso aprove já temos que entrar em contato com o Fórum de Entidades e com o Conselho Tutelar, eles têm que dar a resposta até amanhã. A proposta é ir entre 21 e 22, porque a viagem é longa tem quatro possíveis roteiros. CONSELHEIRO CARLOS FERNANDO SIMÕES FILHO - Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local - SMGL: Para seguir o mesmo parâmetro de

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548549

550

551

552

553

554

555

556

557

558559

560

561

562

563

564 565

566

567

568 569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579 580

581

582

583

participação do CMDCA de Porto Alegre no Fórum Social Mundial como no anterior, sugiro mantermos de novo 03 representações, independente de quem seja, mas 03 bancados pelo Conselho da Criança. O Conselho também tem que levar alguma coisa para propor para a cúpula. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Tem n coisas lá, dentro disso pode propor alguma coisa, mas para levar para a cúpula, não tem nem como fazermos agora. Então, temos duas propostas. CONSELHEIRO ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Tenho a terceira proposta. Nós estamos em uma situação econômica mundial diferenciada do ano passado, a tendência é que se mantenha um desaceleramento da economia para este ano também e as dificuldades vão se manter. Então, eu acho que nós temos que ter participação sim, mas indo uma pessoa, um representar do governo e uma da sociedade civil está bem atendido, vai vir a informação para nós. Segundo, tem que ser montado um processo com pedido de diária e outro processo para pagamento da passagem. Não sei se vai dar tempo. Hoje toda compra de passagem é centralizada no Gabinete do Prefeito, eles não estão comprando passagem de um dia para o outro, estão pedindo uma semana de antecedência no mínimo. Então, até chegar a ele para comprar a passagem tem que ter o PL, o projeto, para chegar até ele. Existe a possibilidade de não sair, só para deixar bem claro. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: É a toque de caixa, a gente vai botar embaixo do braço e tentar. Só temos que tirar uma posição de quantos vão. Nós temos a proposta de 05 pessoas, uma proposta de 03 pessoas, independente de onde é, e a proposta de 02 pessoas. Vamos votar? Proposta um a representação de 05 pessoas; proposta 02 a representação de 03 pessoas e a proposta três, a representação de 02 pessoas. CONSELHEIRA DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina Providência - IPSDP: Esses 03 seriam do Conselho? CONSELHEIRO CARLOS FERNANDO SIMÕES FILHO - Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local - SMGL: Independente de serem 05, 03 ou 02, mas bancadas pelo FUNCRIANÇA. A minha proposta seria de irem só 03. WILSON ABASCAL PASTORINI - Secretaria Municipal de Direitos Humanos -SMDH: Para complementar a proposta do Carlos, 03 representação, o Presidente do Conselho, um representante do Fórum de Entidades e um representante do Conselho Tutelar. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Eu gostaria muito de ir, mas não vou poder ir, estou com um problema... Não precisaria dizer aqui, mas o meu filho do meio provavelmente vai ter que fazer transplante de córnea nos próximos dias. Então, não posso me afastar. Também a nossa entidade recebeu uma determinação de assumir uma creche na Restinga, vamos começar o atendimento na segunda-feira, com toda adaptação. CONSELHEIRO CARLOS FERNANDO SIMÕES FILHO - Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local - SMGL: Então, sugiro 03 representantes puros do CMDCA, não desmerecendo a instituto fórum e nem o Conselho Tutelar, mas é uma nova gestão, tem vários conselheiros novos, nós da Governança não vamos participar, acho que as outras secretarias também não vão participar. Então, só conselheiros puros do CMDCA. CONSELHEIRO JOEL LOVATO - Instituto Leonardo Murialdo - ILEM: Não seria melhor vermos quem tem disponibilidade, daqui a pouco são poucos os que podem. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS -Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Tem o problema de passaporte também, mas usando o sistema de urgência em menos de uma semana se consegue o passaporte. De repente não é impeditivo. O limite da minha proposta é ter cinco, se tivermos dois, vão dois. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Então, em votação. Proposta um, no limite de 05 representantes, levante a mão: nove. Proposta dois, no limite de 03 representantes: seis. Proposta três, o imite de 02 representantes: quatro. Então, a PROPOSTA UM FOI APROVADA. Vamos ver quem tem interesse (Mara, Jorge, Eliete, Nelcinda, Márcia Dornelles e Fabrízia). CONSELHEIRA FABRÍZIA S. DEMO – Casa do Menino Jesus de Praga: Eu só tenho o problema do passaporte.

584 WILSON ABASCAL PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH: Eu fiz o passaporte para o Joel e, olha, foi no choro, o último suspiro, porque estamos sempre de 585 chapeuzinho na mão indo na Policia Federal pedindo socorro. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS 586 - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Está difícil 587 conseguir, mas é como eu disse, vamos tentar. Nós temos 06 pessoas, podendo ser de 03 a 065 588 vagas, como vamos fazer? MARCELO SOARES - Fundação de Assistência Social e Cidadania 589 - FASC: Eu acho que pode excluir representar de governo. Marcelo Soares - Fundação de 590 Assistência Social e Cidadania – FASC: Desculpa, Marcelo, mas desde que entramos estamos 591 dizendo que são 21 cadeiras. MARCELO SOARES - Fundação de Assistência Social e 592 Cidadania - FASC: Eu sei, mas agora é um processo para definir quem vai. MARCELO 593 SOARES - Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC: Só tem um, a Márcia, mas 594 somos 21 representantes, é para todos. Vamos no sorteio? <Plenária concorda>. Então, vamos fazer. 595 CONSELHEIRA DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina Providência -596 **IPSDP:** Nós temos que entrar em contato com o Conselho Tutelar e reativar a participação deles, 597 porque eles têm assento aqui na última plenária do mês. MARCELO SOARES - Fundação de 598 Assistência Social e Cidadania - FASC: Eles estão se organizando, estavam de férias alguns. 599 CONSELHEIRA DALVA FRANCO - Instituto Pobres Servos da Divina Providência -600 IPSDP: Às vezes vem pedidos de apoio a eventos e nós ficamos constrangido, porque nunca 601 ficamos sabendo. A gente tem que chamar e puxar para estarmos todos justos e podermos apoiar 602 quando for possível. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila 603 Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Mas já foram convidados. Vamos votar, o primeiro nome: 604 1) Jorge; 2) Eliete; 3) Fabrízia; 4) Mara; 5) Nelcinda e 6) Márcia. Se alguém não tiver passaporte ou 605 se o Fórum de Entidades e o Conselho Tutelar não enviar representação, vai quem está na lista, por 606 ordem. Agora temos o colóquio no Rio de Janeiro, este é agora, 21 e 22 de março, é o mesmo 607 tempo do outro. Alguém tem interesse? CONSELHEIRO JOEL LOVATO - Instituto Leonardo 608 Murialdo – ILEM: Eu sugiro, como foi feito da outra vez, que depois o pessoal já organizasse na 609 sequência um seminário aberto, tanto o pessoal do Fórum Social, quanto este aqui, que traga 610 materiais, que coloque para a Cidade. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos 611 Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Nós vamos ter outro seminário, 612 vamos aproveitar e passar. ADROALDO VENTURINI BARBOZA - Associação de Moradores 613 Jardim Ipiranga e Vice-Presidente do CMDCA: Nós podemos pegar esses que não tiveram a 614 sorte de ir para o Fórum e ir neste. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos 615 Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Dois representantes dos que não 616 617 puderam ir na primeira representação? Autorizamos duas pessoas e vemos o mais rápido possível quem vai. CONSELHEIRO ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da 618 Fazenda - SMF: Pode haver o empecilho para o pagamento de passagens e diárias de quem não é 619 conselheiro. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato 620 Grosso e Presidente do CMDCA: por que vai impedir? O CMDCA autoriza. CONSELHEIRO 621 ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: E quem paga o 622 recurso? ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso 623 e Presidente do CMDCA: O FUNCRIANÇA. CONSELHEIRO ROGÉRIO PORTANOVA 624 LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Eu acho que são só conselheiros. ANDRÉ 625 LUIZ DA SILVA SEIXAS - Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do 626 CMDCA: No ano passado foram para Madrid do Fórum de Entidades. CONSELHEIRO 627 ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Então, tem que 628 ter uma autorização que representa o Conselho. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação 629 dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Mas vai ter, vão participar em 630 nome do CMDCA. Pessoal, em Joinvile vai ter o 1º FÓRUM REGIONAL DO CONSELHO DE 631

- 632 **DIREITOS**, dias 04 e 05 de abril, convidaram o Presidente do CMDCA e um representante do
- 633 Governo, que veio direcionado ao Carlos Simões, que já participou de outras atividades do Itaú
- Social. CONSELHEIRO JOEL LOVATO Instituto Leonardo Murialdo ILEM: De repente
- a gente poderia ter uma noção de valor do Fundo para essas coisas, para priorizarmos, porque temos
- edital. Então, seria bom te um parâmetro, este ano vamos chegar até que valor, gerenciar os custos.
- 637 ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e
- 638 Presidente do CMDCA: Sim, até porque toda hora não dá. CARLOS ALBERTO LUZ Gerente
- 639 Administrativo do CMDCA/FUNCRIANÇA: Esse valor vai sair daqueles R\$ 70 mil? Aquele
- valor que foi tirado daquela vez? ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS Associação dos
- Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA: Não dá. Nós podemos aprovar uma
- resolução de R\$ 100 mil como teto. Então, em votação uma resolução com o teto de R\$ 100 mil
- para essas representações. Quem aprova levante a mão. **APROVADO**. Era isso? Obrigado a todos.
- 644 Encerram-se os trabalhos da plenária às 16h40min.
- 645 Taquígrafa: Patrícia Costa da Silva
- 646 *Registro nº 274/96 FEPLAM*
- 647 TG Tachys Graphen CNPJ 10.133.150/0001-07